



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Agenda intensa no Brasil traz dados de crédito, atividade, mercado de trabalho e contas públicas. Nos EUA, destaque para o payroll.

- O Banco Central divulga nesta quarta-feira (01) as estatísticas de crédito de maio, que devem apontar alta de 0,8% do saldo de crédito total no mês, segundo a [Pesquisa Especial de Crédito da Febraban](#).** Com o resultado, o ritmo de expansão anual do saldo total deve acelerar de 9,3% para 9,6%, mantendo-se em patamar elevado e beneficiado recentemente pelas operações com recursos direcionados, em razão do reforço de programas governamentais (PEAC-FGI e MCMV, por ex.). Nesse contexto, a alta do mês deve ser liderada pelos recursos direcionados (+1,0%), sobretudo no segmento PJ. Já a carteira com recursos livres deve avançar 0,7%, com bom desempenho nas linhas voltadas às famílias, em um contexto de mercado de trabalho ainda aquecido.
- No campo da atividade, a produção industrial deve voltar a crescer em maio.** O consenso dos analistas estima alta de 0,3% no mês, que, se confirmada, será o quinto avanço seguido do setor, embora concentrado em algumas atividades, com destaque para extração de petróleo e produção de combustíveis. A alta deve resultar em um avanço de 1,6% no acumulado do ano, enquanto em 12 meses, o crescimento do setor deve seguir mais modesto, de apenas 0,3%. No geral, o resultado consolida a percepção de que a indústria deve contribuir positivamente para o avanço do PIB no 2º trimestre. O IBGE divulga o resultado na sexta-feira (3).
- O Caged deve apontar que o mercado de trabalho formal segue resiliente.** O resultado será conhecido na terça (30) e a expectativa do mercado é de saldo líquido de 125,0 mil vagas em maio, ainda um número expressivo, embora abaixo do registrado em mai/25 (152,9 mil). Em conjunto com o resultado da [Pnad divulgada pelo IBGE](#) na última sexta-feira, o dado reforça o quadro de um mercado de trabalho aquecido, ainda que com novos sinais de moderação na margem.
- As contas públicas devem registrar elevados déficits em maio.** O Tesouro Federal divulga o resultado do governo central nesta segunda (29), enquanto o BC publica os números do setor público consolidado na terça (30). A expectativa do mercado é de déficits primários de R\$ 53,2 bi e R\$ 53,0 bi, respectivamente, pressionados pelo pagamento do 13º salário aos aposentados e pensionistas do INSS (cronograma vai de abril a junho). Cabe destacar que os valores são superiores aos registrados em mai/25 (-R\$ 40,2 bi e -R\$ 33,7 bi). Nesse contexto, a razão dívida/PIB deve seguir em trajetória ascendente, consolidando-se acima de 80%.
- No setor externo, a balança comercial deve registrar forte superávit em junho.** A prévia da Secex/MDIC sugere um saldo próximo a US\$ 11,0 bi no mês, praticamente o dobro do registrado em jun/25 (US\$ 5,8 bi). As exportações continuam com bom crescimento, com destaque para as vendas de petróleo bruto, soja e carnes. As importações também avançam, mas com um ritmo menor, lideradas pelas compras de fertilizantes e veículos de passeio. O MDIC divulga o dado na sexta (3).
- Nos EUA, o destaque da semana é o relatório de emprego (payroll) de junho, que pode reforçar o cenário de elevação dos juros neste ano.** A expectativa do mercado é de geração de 113 mil vagas no mês, abaixo do resultado de maio (172 mil), mas mantendo a média trimestral em patamar elevado (150 mil). Já a taxa de desemprego deve permanecer estável em 4,3%. Se confirmados, os números devem indicar que o mercado de trabalho norte-americano segue aquecido e, somados à aceleração recente da inflação, devem levar o Fed a elevar os juros até o fim do ano. Os dados serão conhecidos nesta quinta (2).
- Na Zona do Euro, o foco estará na prévia da inflação ao consumidor (CPI) de junho, em meio à aceleração dos preços na região.** O dado será conhecido na quarta (1), com expectativa alta de 3,0% no acumulado de 12 meses (ante +3,2% em maio). Os agentes estarão atentos à necessidade de novas altas de juros pelo BCE, após a recente retomada do ciclo de aperto monetário.
- Ainda na semana, serão divulgadas as leituras finais dos PMIs de junho das principais economias globais.** Os dados devem indicar que a atividade segue em expansão nos EUA e com baixo dinamismo na Zona do Euro. Já na China, o indicador deve reforçar a dependência da economia chinesa das exportações, enquanto a demanda interna permanece enfraquecida.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
29/jun	FGV: IGP-M	Jun/26	-0,49% m/m 3,16% a/a	0,84% m/m 1,96% a/a
29/jun	Tesouro: Resultado Primário do Governo	Mai/26	R\$ -53,2 bi	R\$ 25,2 bi
30/jun	BCB: Estatísticas Fiscais	Mai/26	R\$ -53,0 bi	R\$ 24,6 bi
30/jun	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Mai/26	125,0 mil	85,9 mil
01/jul	BCB: Estatísticas de Crédito	Mai/26	0,8% m/m* 9,6% a/a*	0,3% m/m 9,3% a/a
02/jul	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Jun/26	-	21,6% a/a
03/jul	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Mai/26	0,3% m/m 1,2% a/a	0,7% m/m 2,7% a/a
03/jul	Secex: Balança Comercial	Jun/26	-	US\$ 7,8 bi

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito da Febraban.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
29/jun	China	PMI Manufatura e Serviços	Jun/26	50,1 pts / 49,9 pts	50,0 pts / 50,1 pts
29/jun	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Jun/26 - final	-17,7 pts	-19,0 pts
30/jun	China	PMI Manufatura (Rating Dog)	Jun/26	52,0 pts	51,8 pts
30/jun	EUA	Confiança do Consumidor (Conf. Board)	Jun/26	94,4 pts	93,1 pts
01/jul	Zona do Euro	PMI Manufatura	Jun/26 - final	51,3 pts	51,6 pts
01/jul	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Jun/26 - prévia	0,1% m/m 3,0% a/a	0,1% m/m 3,2% a/a
01/jul	EUA	ISM / PMI Manufatura	Jun/26 - final	53,9 pts / 55,7 pts	54,0 pts / 55,1 pts
02/jul	China	PMI Serviços (Rating Dog)	Jun/26	53,0 pts	54,4 pts
02/jul	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Jun/26	113 mil / 4,3%	172 mil / 4,3%
03/jul	Zona do Euro	PMI Serviços	Jun/26 - final	48,9 pts	47,7 pts

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

BC sinaliza menor espaço para cortes da Selic diante de quadro inflacionário desafiador

A semana foi marcada por duas divulgações relevantes do Banco Central: a Ata do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada na terça-feira (23), e o Relatório de Política Monetária (RPM), divulgado na quinta-feira (25). Embora o Copom tenha reduzido a taxa Selic em 0,25 p.p., para 14,25% a.a., os documentos reforçaram a percepção de deterioração do cenário inflacionário e de menor espaço para a continuidade do ciclo de cortes.

Diferentemente do comunicado, a ata explicitou que o balanço de riscos passou a apresentar assimetria altista para a inflação, indicando maior risco de inflação acima do cenário projetado. Além de reafirmar preocupações já presentes no comunicado, como os estímulos à demanda agregada, a resiliência do mercado de trabalho e a desancoragem das expectativas, a ata incluiu os riscos dos efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e os custos de energia.

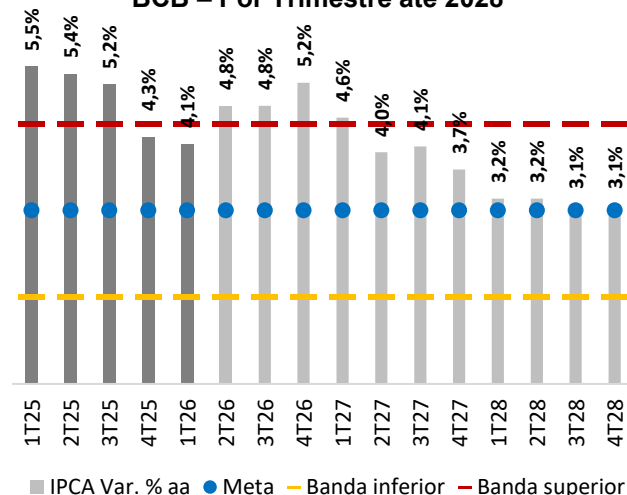
Essa assimetria ocorre em um contexto de piora das projeções de inflação e de atividade com maior dinamismo, detalhadas no RPM. No cenário de referência, o BC passou a projetar o IPCA em 5,2% ao fim de 2026, acima do teto do intervalo de tolerância da meta, e em 3,7% ao fim de 2027 (ante 3,3% na projeção anterior). Para 2028, a trajetória aponta desaceleração mais acentuada, passando para 3,2% já no 1T28, em razão da dissipação esperada do choque do El Niño que deve afetar sobretudo os preços dos alimentos nos próximos trimestres.

Para a atividade, a projeção de crescimento subiu de 1,6% para 2,0%, influenciada pelo conjunto de estímulos fiscais e creditícios, pelo maior dinamismo dos setores extrativista e agropecuário e pela reaceleração já observada no 1T26. Portanto, além de reconhecer riscos altistas em relação ao cenário central, o Banco Central incorporou revisão relevante nas projeções para a atividade, sinalizando que a deterioração do quadro inflacionário no curto e médio prazo também decorre de um cenário de hiato positivo.

Tanto a ata quanto o RPM procuraram esclarecer as dúvidas deixadas pelo comunicado sobre o horizonte de convergência, indicando que o Copom avaliou trajetórias alternativas para a Selic, mas que uma convergência mais rápida à meta poderia exigir movimentos abruptos de juros e gerar efeitos contraproducentes.

INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Evolução da Inflação (IPCA) e Projeção do BCB – Por Trimestre até 2028



Fonte: RPM/BCB

Quadro 2: Projeção (BCB) para o Crescimento do PIB de 2026

	Variáveis	2025	2026	
			mar/26	jun/26
Oferta	Agropecuária	11,7	1,0	1,7
	Indústria	1,4	1,2	2,3
	Serviços	1,8	1,7	1,9
	Total	2,3	1,6	2,0
Demanda	Consumo das famílias	1,3	1,4	2,1
	Consumo do Governo	2,1	2,0	2,0
	FBCF	2,9	0,5	1,5
	Exportações	6,2	2,5	3,0
	Importações	4,5	1,0	2,0

Fonte: RPM/BCB

Ambos buscaram afirmar que a extensão da convergência não reflete maior tolerância com a inflação acima da meta, mas sim uma estratégia para suavizar os custos da desinflação diante de choques de oferta e do nível de incerteza acima do usual.

Apesar do melhor entendimento em relação à mensagem do comunicado, o Comitê segue diante de um quadro desafiador. A inflação permanece acima da meta, com pressões de demanda relevantes na inflação de serviços, em um quadro de mercado de trabalho aquecido e avanço da massa salarial. Soma-se a isso a persistente desancoragem das expectativas, que exige postura restritiva por mais tempo.

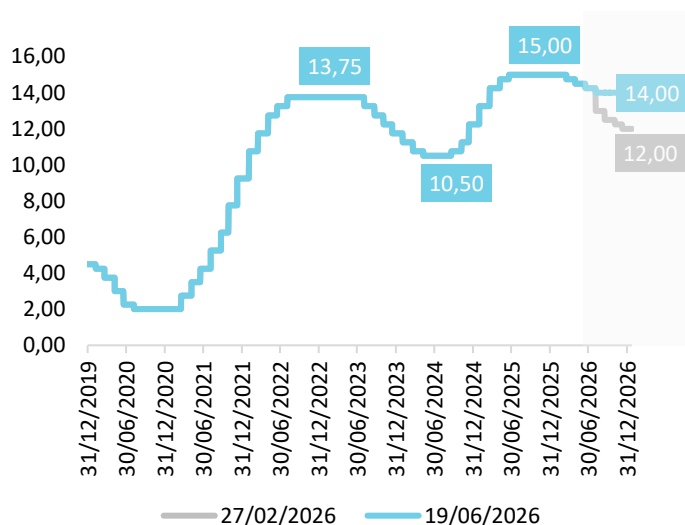
Os próximos passos seguem incertos. O mercado está dividido quanto à possibilidade de mais um corte de 0,25 p.p. na próxima reunião (4 e 5 de agosto) ou de uma pausa no ciclo. De toda forma, é praticamente unânime que o espaço remanescente para flexibilização monetária é bastante reduzido, em razão dos riscos no ambiente internacional, dos estímulos à demanda agregada e de um provável novo choque climático de oferta. Para se ter uma referência: no início do ano, a expectativa consensual apontava Selic em 12% a.a. ao fim de 2026; as projeções mais recentes apontam juros próximos de 14% a.a. Assim, a comunicação do Banco Central converge com a leitura de piora das condições inflacionárias, embora ainda não sinalize de forma definitiva se a deterioração atual será suficiente para encerrar o ciclo de queda da Selic.

O IPCA-15 subiu 0,41% em junho, abaixo do esperado (+0,46%) e do registrado em maio (+0,62). Contudo, foi a maior alta para o mês desde 2023. O indicador segue pressionado pelos preços dos alimentos, ainda que já se observe algum alívio na margem. No acumulado de 12 meses, o índice acelerou de 4,64% para 4,80%, ampliando a distância em relação ao teto da meta (4,50%).

A alta da inflação continua disseminada, com avanço em sete dos nove grupos apurados. O grupo alimentação e bebidas segue como a principal influência para a alta dos preços, com avanço de 0,74% no mês, impulsionado pela alimentação no domicílio (+0,87%), sobretudo itens *in natura*, com destaque para tubérculos e legumes (+15,77%). Por outro lado, observou-se uma acomodação em itens importantes na cesta de consumo, como arroz (+0,72%; ante +1,45%), carnes (+0,11%; ante +1,98%) e leite e derivados (+0,31%; ante +3,47%).

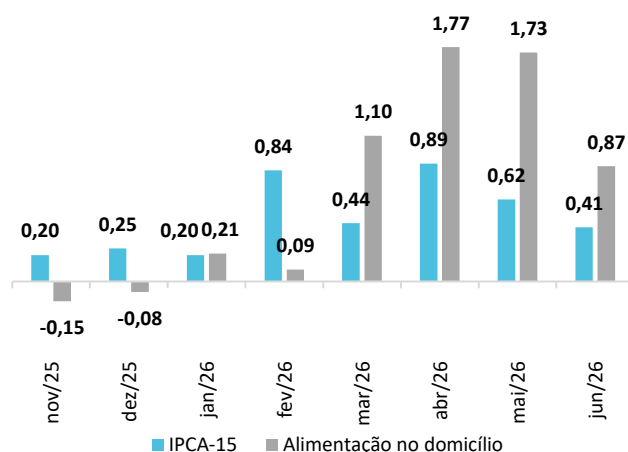
O grupo habitação registrou a segunda maior alta (+0,72%) no mês, pressionado pela energia elétrica (+2,04%), em função da vigência da bandeira amarela e de reajustes em diversas capitais.

Quadro 3: Evolução da Taxa Selic Realizada e Projetada - % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 4: IPCA-15: Geral e Alimentação no domicílio Var. % mensal



Fonte: IBGE

O grupo transportes, por sua vez, foi a principal exceção e recuou 0,03%, em função da queda dos preços dos combustíveis (-1,22%), que trouxeram novos sinais de dissipação do choque do petróleo após a forte alta registrada no mês de abril. A queda do grupo foi parcialmente compensada pela elevação das passagens aéreas (+7,24%).

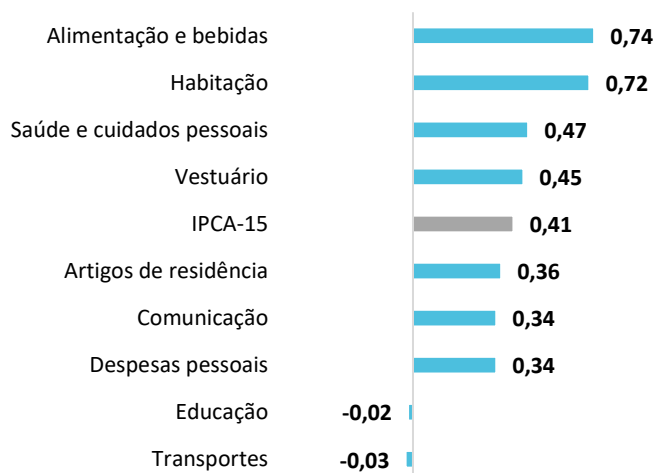
No acumulado de 12 meses, a alimentação no domicílio segue como o principal vetor de aceleração do IPCA-15, subindo de 2,26% para 3,40%. A dinâmica preocupa, dada a expectativa de ocorrência do fenômeno climático El Niño de alta intensidade no 2º semestre, que deve gerar pressão adicional sobre os preços dos alimentos. O maior avanço continua concentrado nos itens monitorados (5,50%; ante 5,91%), embora tenham apresentado ligeira desaceleração no mês. Já o núcleo de serviços, importante para a condução da política monetária, segue em patamar elevado (5,25%; ante 5,40%), apesar de também ter mostrado certa desaceleração em junho. A média dos núcleos permaneceu relativamente estável, continuando próxima do teto da meta, em 4,45% (ante 4,42%).

Deste modo, a leitura do IPCA-15 apresentou algum alívio, com novos sinais de dissipação dos efeitos da guerra no Oriente Médio. Porém, o dado não altera o cenário desafiador, principalmente considerando o risco adicional do choque do El Niño sobre os preços dos alimentos no segundo semestre.

A taxa de desemprego permaneceu estável na passagem de abril para maio, seguindo em patamar historicamente baixo. Segundo a Pnad Contínua, a taxa de desocupação encerrou o trimestre móvel em 5,6%, com 6,0 milhões de pessoas desocupadas. Na série dessazonalizada, a taxa ficou em 5,5%, ante 5,4% no trimestre móvel encerrado em fev/26, indicando relativa estabilidade da desocupação. A população ocupada atingiu 102,7 milhões, enquanto a taxa de participação permaneceu estável, em 62%.

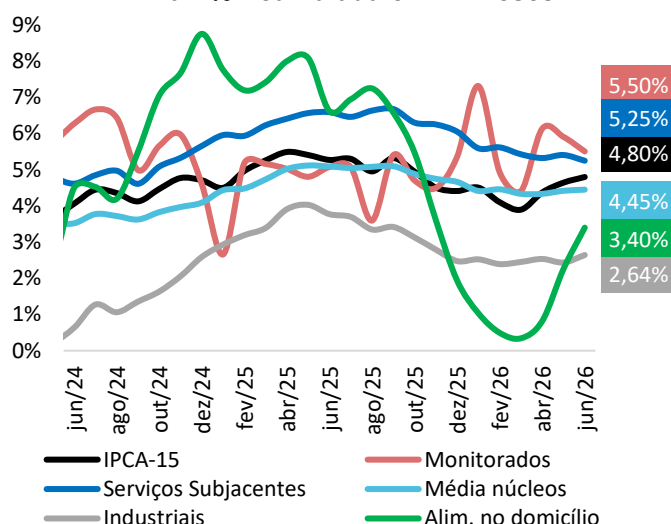
Na margem, contudo, a divulgação trouxe novos sinais de acomodação. A população ocupada avançou 0,8% ante mai/25, menor ritmo desde dez/23. A massa salarial segue elevada, em R\$ 377,7 bilhões, com alta real de 4,8% na mesma comparação, enquanto o rendimento médio atingiu R\$ 3,7 mil, crescimento real de 4,0% ante mai/25. Apesar do avanço interanual ainda robusto, houve queda de 0,8% do rendimento médio frente ao trimestre anterior, a primeira retração desde set/24. A massa de rendimentos também recuou na margem (-0,3%), sugerindo alguma perda de dinamismo do mercado de trabalho, ainda que em um quadro de baixo desemprego.

Quadro 5: IPCA-15 – Por grupos
Var. % em junho



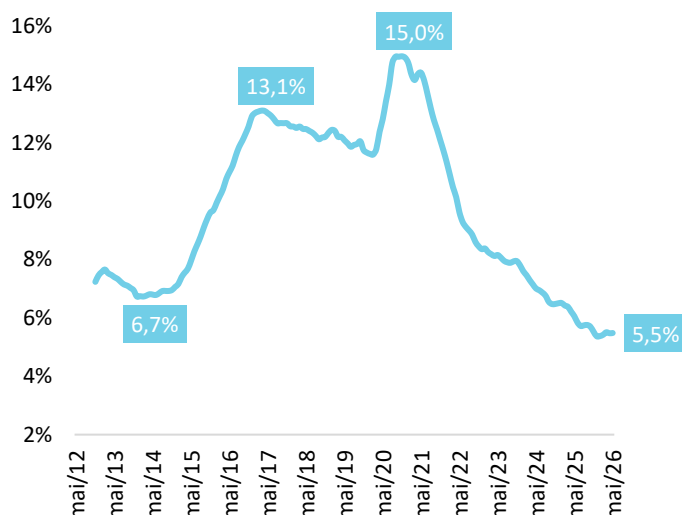
Fonte: IBGE

Quadro 6: IPCA-15 e Aberturas
Var. % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Quadro 7: Taxa de Desemprego (Dessazonalizada)



Fonte: IBGE e Febraban

Esse cenário reforça a leitura de acomodação gradual do mercado de trabalho. A estabilidade da desocupação, combinada à moderação dos rendimentos, pode refletir os efeitos defasados da desaceleração da atividade. Caso essa tendência persista, poderá contribuir para reduzir pressões de custos nos setores mais sensíveis a salários, ajudando a limitar a inflação de serviços nos próximos meses.

No campo fiscal, a arrecadação federal cresceu 10,7% em termos reais em maio (ante mai/25), influenciada por fatores atípicos e medidas de aumento de tributação. A Receita Federal informou arrecadação de R\$ 266,8 bilhões em maio, incluindo R\$ 7 bilhões em pagamentos atípicos de IRPJ/CSLL. O mês também marcou o início da arrecadação do imposto de exportação sobre óleo bruto de petróleo, que somou R\$ 1,05 bilhão, que apresenta defasagem de 60 dias entre o embarque do produto e o recolhimento do tributo. De toda forma, mesmo sem esses fatores extraordinários, a arrecadação teria registrado crescimento real de 6,0% no período.

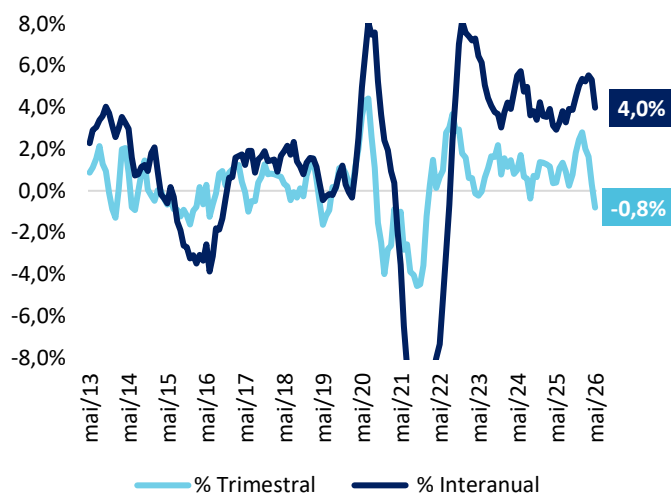
Além destes fatores, o desempenho da arrecadação segue favorecido pelo aumento de tributação. O IOF (+37,3%) ainda contribui de forma relevante para o crescimento interanual, dado que a elevação efetiva das alíquotas ocorreu em ago/25. Outros tributos também contribuem, como o Imposto de Importação (+23,9%) e a redução de benefícios tributários (corte linear de 10%) com consequente maior tributação sobre empresas do Lucro Presumido.

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R\$ 1,3 trilhão, alta real de 6,42% ante igual período de 2025. Em 12 meses, a receita segue em aceleração, com crescimento real de 4,7% (quadro 9), bem acima do avanço do PIB no período, de 2,0%.

O saldo da balança de transações correntes registrou déficit de US\$ 3,2 bi em maio, muito próximo ao registrado em mai/25 (-US\$ 3,3 bi). Houve melhora do superávit comercial, que passou de US\$ 6,4 bi para US\$ 7,0 bi, compensado pela ampliação do déficit na balança de serviços, que subiu de US\$ 4,6 bi para US\$ 5,2 bi. Por outro lado, o déficit da balança de rendas ficou praticamente estável em US\$ 5,5 bi (ante -US\$ 5,6 bi). Com isso, em 12 meses, o déficit externo ficou praticamente estável, em US\$ 64,1 bi ou 2,6% do PIB.

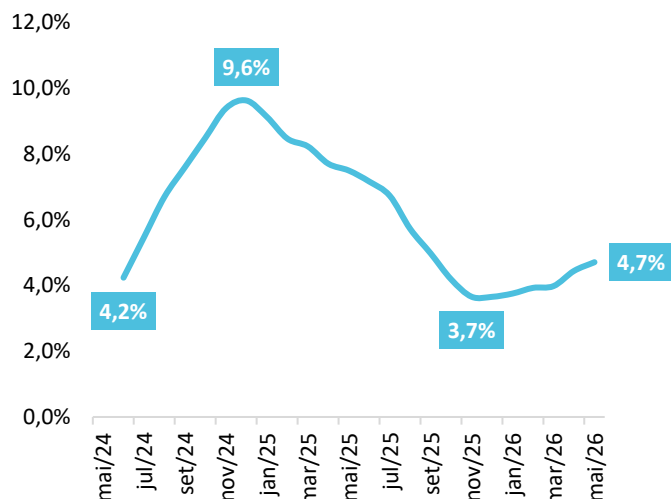
A entrada de investimento direto no país (IDP), por sua vez, segue elevada, atingindo US\$ 8,0 bi no mês, mais do que o dobro do observado no mesmo período de 2025 (US\$ 3,9 bi). Desta forma, no acumulado em 12 meses, a entrada de IDP continuou em expansão, alcançando US\$ 83,3 bi (3,4% do PIB), acima do déficit externo, reforçando o quadro favorável nas contas externas do país.

**Quadro 8: Rendimento Médio
Var.% Trimestral e Interanual**



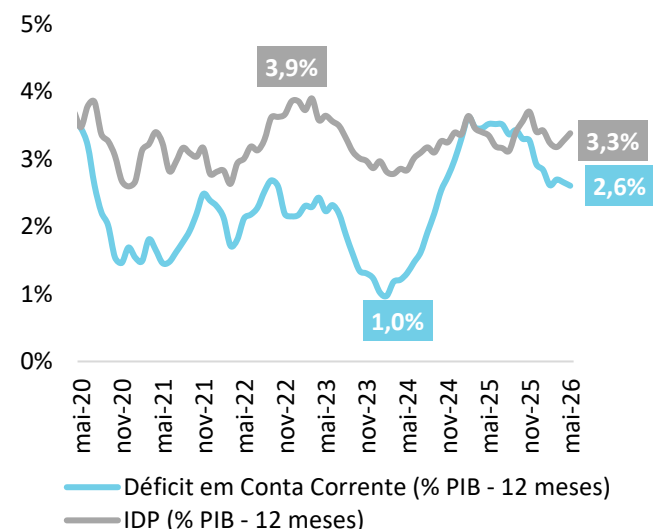
Fonte: IBGE

**Quadro 9: Arrecadação do Governo Federal
Var. % Acum 12 Meses**



Fonte: Receita Federal

Quadro 10: Déficit em Transações Correntes e Entrada de Investimento Direto no País – Acum. 12 m % PIB)



Fonte: BCB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Petróleo retoma patamar anterior à guerra, mas pessimismo no setor de IA derruba bolsas

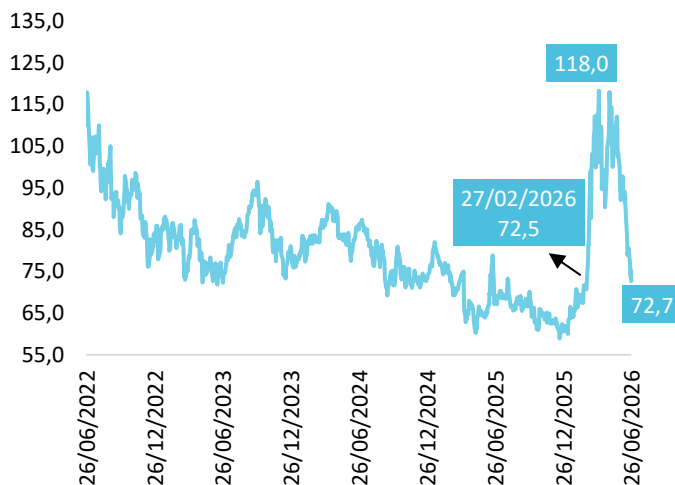
A retomada do tráfego de navios pelo Estreito de Ormuz e os sinais de aumento da produção nos países da região resultaram em queda de cerca de 10% no preço do barril de petróleo (tipo *Brent*) na última semana, praticamente voltando ao patamar anterior à guerra (US\$ 72). O recuo ocorreu a despeito do ataque (sem feridos), na quinta-feira, a um navio cargueiro que trafegava por uma via paralela criada pelo Omã. O Irã advertiu que os acordos firmados "à revelia dos interesses iranianos" poderiam levar à suspensão da rota de passagem pactuada. Apesar do incidente, o fluxo de navios na região segue em ritmo crescente, justificando a queda dos preços. Por outro lado, os ativos de risco fecharam a semana em queda, em meio ao questionamento sobre o *valuation* das ações das empresas de tecnologia. Um dos fatores para a queda foi a notícia de que a OpenAI (ChatGPT) deve adiar seu IPO para 2027.

Os dados referentes à economia norte-americana reforçaram um ambiente de inflação pressionada e consumo resiliente, corroborando a postura cautelosa do Fed. O deflator de gastos pessoais (índice PCE) subiu 0,4% em maio, ligeiramente abaixo do esperado (+0,5%) e com alta de mesma magnitude do que a observada em abril. No acumulado de 12 meses, o indicador acelerou para 4,1% (ante +4,0%), atingindo o maior nível desde abr/23 (+4,5%). O núcleo do PCE, métrica preferida de inflação do Fed, também acelerou, atingindo 3,4% (ante +3,3%). Os gastos pessoais, por sua vez, registraram alta mensal de 0,7% em maio, acima do esperado (+0,5%). O resultado equivale a uma expansão real de 0,3%, voltando a crescer após estabilidade em abril, liderado pelas compras de bens duráveis. Já a renda pessoal subiu 0,7% em maio, com impulso dos pagamentos do governo aos produtores rurais.

As prévias de junho dos índices PMIs reforçaram os sinais de dinamismo da atividade nos EUA. O indicador da manufatura subiu para 55,7 pts (ante 55,1 pts), maior patamar em 4 anos, refletindo, em parte, a antecipação de compras diante de possíveis problemas de abastecimento ligados ao conflito no Oriente Médio. O PMI de serviços também subiu, de 50,7 para 51,3 pts, beneficiado pelo início da Copa do Mundo, sediada com o México e o Canadá.

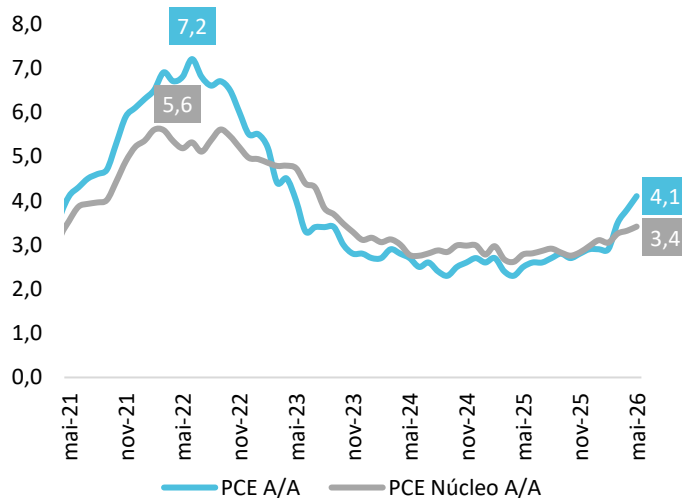
Na Zona do Euro, o PMI industrial recuou para 51,3 pts em junho (ante 51,6 pts), sinalizando que o setor continuou a crescer de forma moderada. O PMI de serviços, por sua vez, seguiu em contração no mês, embora de forma menos intensa: o índice subiu de 47,7 para 48,9 pts, ainda abaixo do limiar de 50 pts.

Quadro 11: Preço do Petróleo (tipo Brent)
Em US\$ por barril



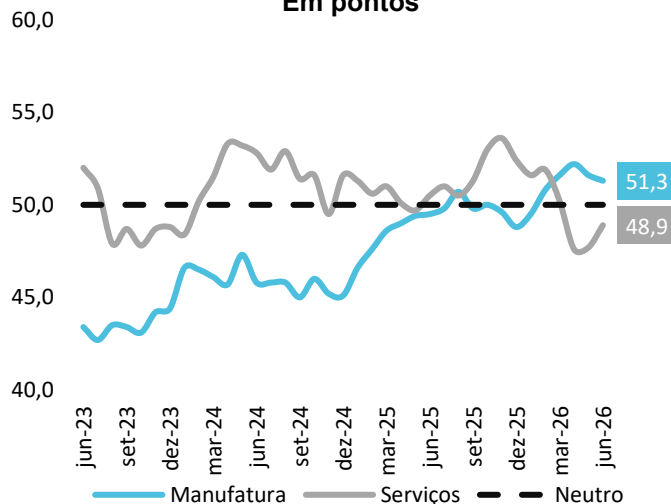
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: EUA – Deflator de Gastos Pessoais (PCE)
Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: Zona do Euro – PMI Manufatura e Serviços
Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Projeções para o Mercado de Crédito – RPM (BCB)

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central manteve em 9,0% a projeção para o crescimento do saldo total de crédito em 2026, segundo o Relatório de Política Monetária (RPM) do 2T26. Apesar da manutenção da projeção agregada, houve alteração na composição do crescimento previsto: revisão para baixo na expectativa de expansão do crédito com recursos livres, compensada pela revisão para cima na projeção dos recursos direcionados.

O ajuste mais significativo ocorreu na carteira com recursos direcionados, cuja projeção subiu de 10,2% para 10,7%. A revisão concentrou-se exclusivamente na carteira destinada às empresas, em que a expectativa passou de 11,5% para 13,0%. O movimento reflete o maior dinamismo recente do segmento e os efeitos do programa Desenrola MPEs, que flexibilizou as condições de contratação e ampliou os limites de endividamento no Pronampe. No crédito direcionado às famílias, o crescimento esperado foi mantido em 9,5%.

Entre os recursos livres, houve ligeira revisão para baixo da expansão esperada em 2026, de 8,1% para 7,8%. O ajuste veio inteiramente da carteira PJ, que mais do que compensou a revisão para cima nas operações com famílias. A expansão esperada do crédito Livre PJ recuou de 6,0% para 4,5%, refletindo a surpresa negativa dos dados recentes, explicada, em parte, pelo efeito da apreciação cambial sobre o saldo das linhas associadas ao mercado externo; e pela atualização da trajetória esperada para juros e câmbio, determinantes para o segmento. Já a projeção da carteira Livre PF subiu de 9,5% para 10,0%, em função da evolução acima do esperado neste início de ano, com destaque para o consignado privado, financiamento de veículos e cartão.

Em relação aos programas governamentais criados recentemente, o BCB destacou que espera tanto efeitos positivos sobre o saldo de crédito (ex.: Move Brasil) quanto negativos, com a redução no estoque da dívida no caso do Novo Desenrola Brasil.

Em resumo, a despeito da manutenção da taxa agregada de crescimento esperada, as atualizações das projeções reforçam a heterogeneidade do desempenho do crédito neste ano. De um lado, os recursos direcionados seguem com resultados fortes, impulsionados por programas públicos, especialmente no caso das empresas. A carteira PF Livre também segue com desempenho positivo, beneficiada pelo mercado de trabalho aquecido, enquanto a carteira PJ Livre tem apresentado desempenho abaixo do esperado.

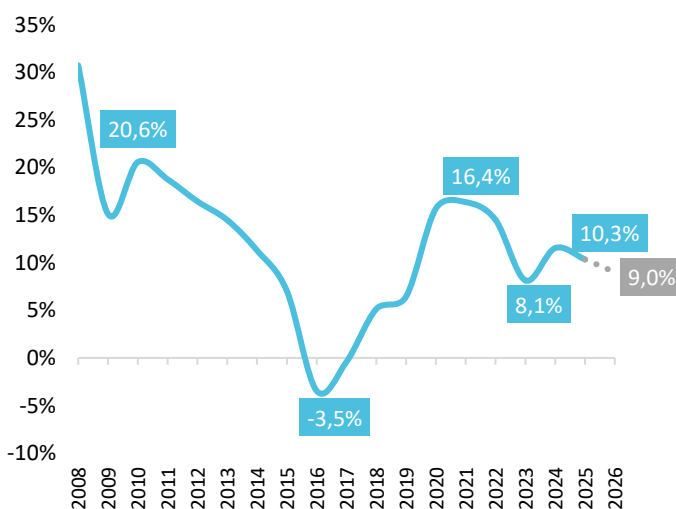
Em termos reais, o crescimento do saldo de crédito projetado é de 3,6% em 2026, desacelerando ante as variações observadas em 2024 e 2025 (6,4% e 5,8%, respectivamente). Segundo o RPM, esse movimento é consistente com os efeitos defasados da política monetária e com a desaceleração da atividade doméstica, somados aos atuais níveis elevados de endividamento e comprometimento de renda das famílias.

Quadro 14: Projeções de Crédito do BCB
Var.% Anual

	Realizado			Projeção 2026	
	2024	2025	abr/26	Anterior	Atual
Total	11,5	10,3	9,3	9,0	9,0
Livres	11,3	8,7	7,1	8,1	7,8
PF	12,6	13,5	11,7	9,5	10,0
PJ	9,5	2,3	0,6	6,0	4,5
Direcionados	11,9	12,6	12,2	10,2	10,7
PF	12,5	9,6	9,8	9,5	9,5
PJ	10,7	18,6	17,0	11,5	13,0
Total PF	12,6	11,7	10,8	9,5	9,8
Total PJ	9,9	8,2	6,7	8,2	7,8

Fonte: RPM do 2T26/BCB.

Quadro 15: Expansão do Saldo de Crédito
Realizado e Projeção do BCB – Var.% em 12 meses



Fonte: RPM do 2T26/BCB.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Crédito deve crescer 0,8% em maio, impulsionado pelos recursos direcionados

O saldo da carteira de crédito total deve crescer 0,8% em maio, com o ritmo de expansão anual acelerando de 9,3% para 9,6%, beneficiado pelas operações com recursos direcionados, em razão do reforço de alguns programas governamentais.

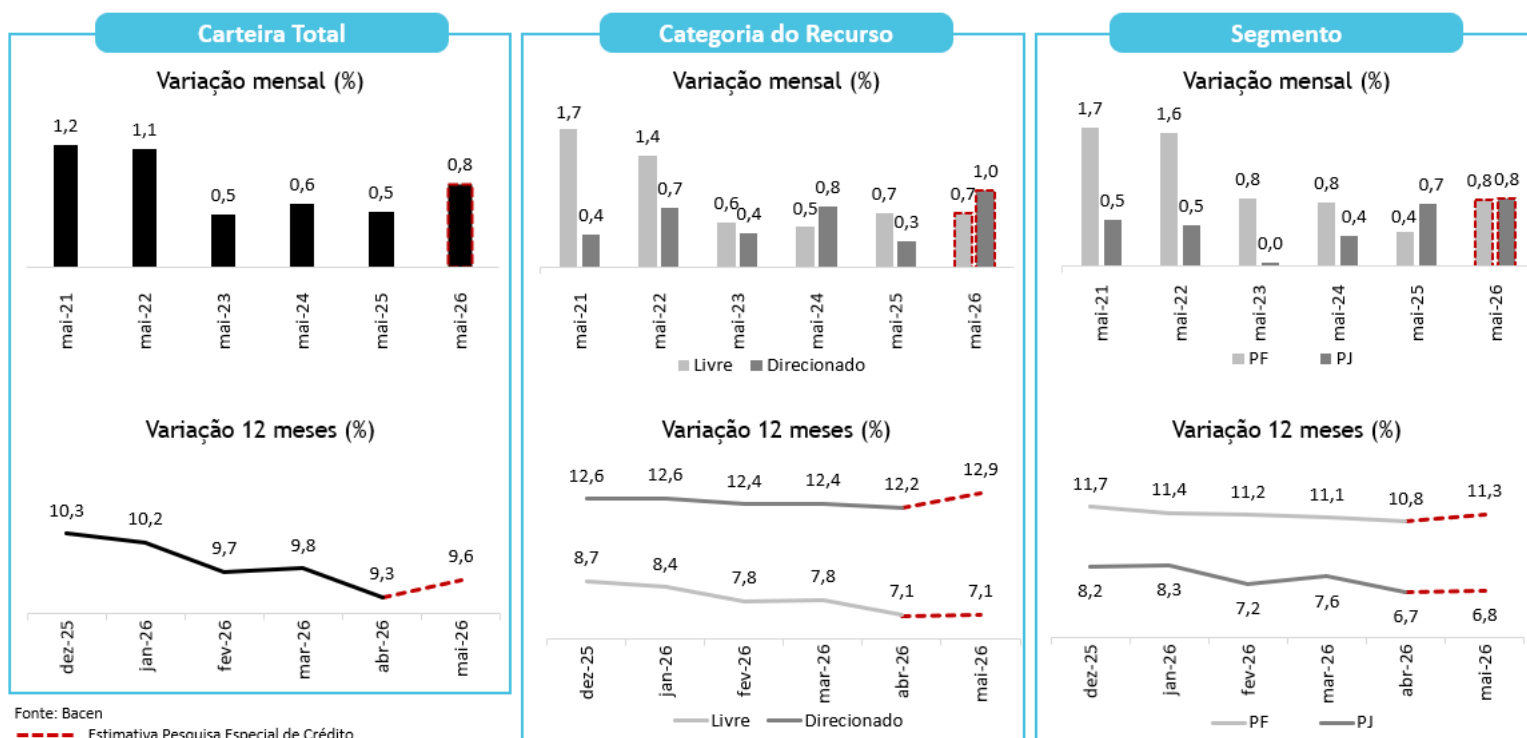
A carteira direcionada deve crescer 1,0% no mês, acelerando de 12,2% para 12,9% no acumulado em 12 meses. A alta é liderada pela carteira PJ (+1,5%), com continuidade do bom dinamismo dos programas governamentais após aporte no valor de R\$ 2,0 bi no fim de abril no fundo garantidor do FGI (BNDES), cuja principal linha de crédito atrelada é o PEAC.

Entre as famílias, a carteira direcionada deve avançar 0,7% no mês, sustentada pelo crédito imobiliário, favorecido pelas condições mais favoráveis do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) desde abril, que ampliaram o acesso à linha.

A carteira com recursos livres, por sua vez, deve avançar 0,7% no mês, mantendo estável em 7,1% o ritmo de expansão do segmento no acumulado em 12 meses. A carteira Livre PF deve crescer 0,9% no período, com desempenho positivo nas linhas de veículos, cartão de crédito à vista e crédito pessoal, em um contexto de mercado de trabalho ainda aquecido. Já a carteira Livre PJ deve avançar apenas 0,4% no mês, com números ainda fracos em capital de giro, que segue limitado pela ampliação das modalidades com recursos direcionados e do mercado de capitais.

Em 12 meses, a carteira PF Total deve seguir com expansão em dois dígitos (11,3%; ante 10,8%), enquanto a carteira PJ Total deve avançar 6,8% (ante 6,7%), mantendo a forte divergência entre a carteira com recursos direcionados (18,2%) e livres (0,0%).

Quadro 16: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

As concessões de crédito devem registrar ligeira queda em maio (-2,2%), valor que já representa a variação média diária, uma vez que abril e maio possuem o mesmo número de dias úteis. Na comparação com maio de 2025 (também por dias úteis), as concessões devem apresentar alta de 9,6%, eliminando efeitos sazonais.

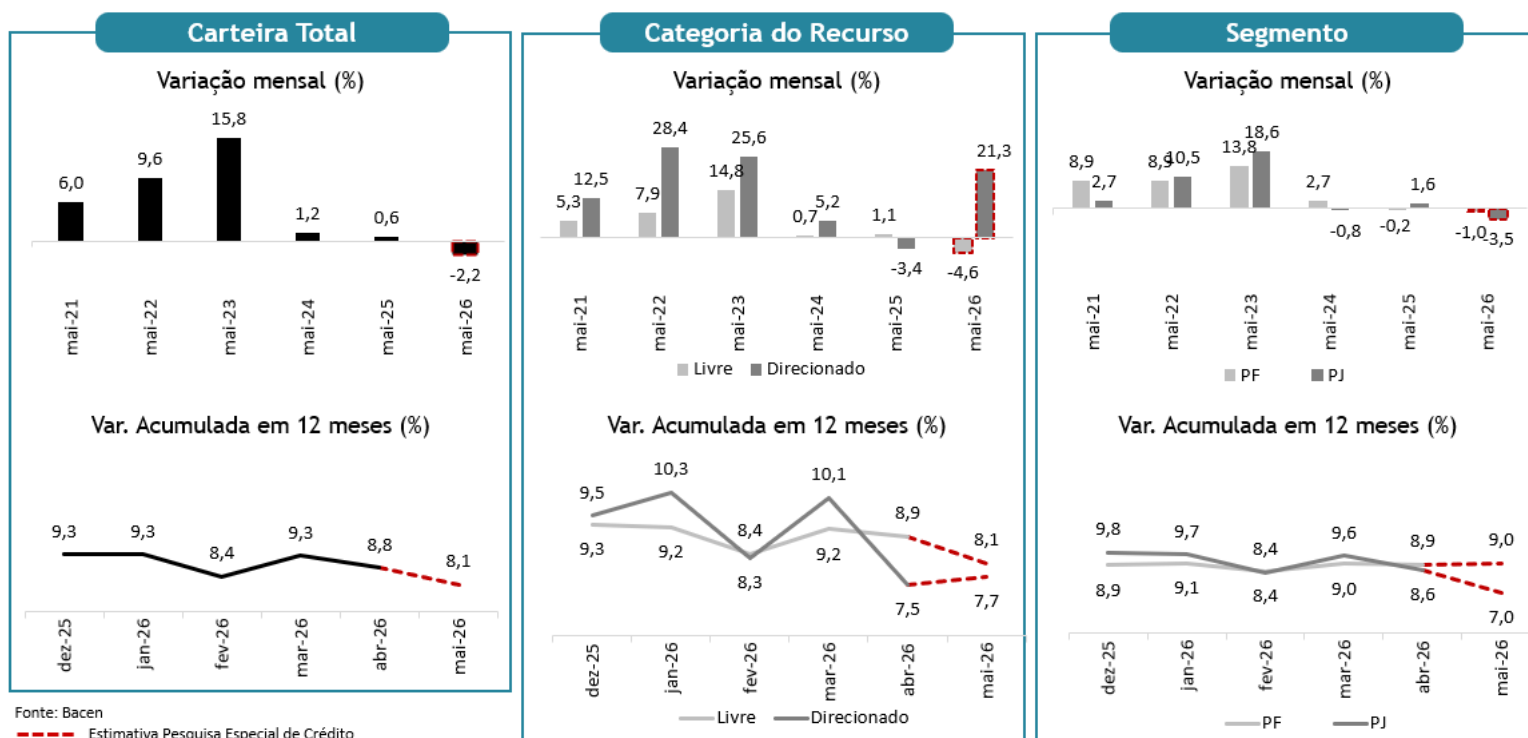
Nesse último comparativo, o resultado é puxado pela carteira destinada às famílias (+12,6%), tanto pelas linhas com recursos livres (com destaque para a carteira de veículos) como direcionados, diante do impulso no crédito imobiliário. Já o avanço das concessões às empresas (+6,2%) tem sido puxado pelos recursos direcionados, seja via programas governamentais ou linhas com recursos do BNDES, enquanto o ímpeto das concessões com recursos livres permanece mais contido, diante da alta da Selic e migração das maiores empresas para o mercado de capitais.

No acumulado em 12 meses, o ritmo de crescimento das concessões totais deve desacelerar de 8,8% para 8,1% em maio, em função do menor dinamismo da carteira PJ (+7,0%; ante 8,6%), parcialmente compensada pela ligeira aceleração em PF (+9,0%; ante +8,9%).

Portanto, a pesquisa sugere que o ritmo de expansão do crédito continua elevado, mesmo diante de uma política monetária ainda bastante restritiva. Contudo, este crescimento segue cada vez mais concentrado nas linhas com recursos direcionados, refletindo os impulsos via programas governamentais, tanto para famílias quanto para empresas.

A divulgação das Estatísticas Monetárias e de Crédito pelo Banco Central, que estava prevista para esta segunda (29), foi adiada para a quarta-feira (1), em função do jogo do Brasil na Copa do Mundo nesta segunda (29). Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 17: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



PESQUISA ESPECIAL DE CRÉDITO – MAIO DE 2026



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Seleccionados	2026				2027			
	26/06/2026	19/06/2026	29/05/26	Viés	26/06/2026	19/06/2026	29/05/26	Viés
IPCA (%)	5,33	5,33	5,09	↔	4,17	4,15	4,02	▲
PIB (% de crescimento)	1,99	1,98	1,90	▲	1,68	1,70	1,70	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	14,00	14,00	13,25	↔	12,00	12,00	11,25	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,27	5,25	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	26/06/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,17	0,42%	2,71%	-5,53%	-5,77%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	125,91	1,25%	5,97%	-9,09%	-17,67%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,15	0,01%	-1,17%	-5,01%	-5,05%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,18	-3,18%	1,16%	2,73%	-3,64%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,35	-3,52%	3,21%	6,45%	6,69%
Índice Ibovespa (em pontos)	173.295,14	2,95%	-0,28%	7,55%	26,39%
IFNC (setor financeiro)	18.148,21	4,43%	1,31%	4,93%	18,40%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,09	-2,17%	2,05%	18,49%	9,86%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,37	-1,86%	-1,47%	6,03%	3,04%
Dollar Index	101,33	0,48%	2,42%	3,15%	4,31%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.354,01	-1,95%	-2,98%	6,64%	19,75%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	182,41	1,48%	7,67%	10,18%	31,67%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	146,21	5,56%	8,76%	16,73%	25,92%
Índice Euro Stoxx 50	6.221,55	-1,61%	2,83%	7,34%	18,64%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	290,19	-1,66%	6,21%	10,01%	46,46%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	72,10	-9,71%	-21,67%	16,44%	6,45%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins